



A pandemia e o necessário e tempestivo retorno aos matizes keynesianos

Recebido: 14 de maio de 2020 • Aprovado: 18 de junho de 2020
<https://doi.org/10.22395/ojum.v19n40a13>

Adriane Guasque

Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Brasil
adriane@guasque.adv.br
<https://orcid.org/0000-0002-3543-2431>

Bárbara Guasque

Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Brasil
barbara@guasque.adv.br
<https://orcid.org/0000-0003-0633-8363>

RESUMO

Em tempos sombrios de pandemia, a imprestabilidade do arsenal econômico liberal para lidar com os nefastos efeitos da crise sanitária e econômica forçou governos no mundo inteiro a protagonizarem uma guinada keynesiana, incorporando um papel mais ativo na economia, como o único caminho possível a ser percorrido. Nessa senda, o presente artigo exsurge com o objetivo de assentar o caminho para a compreensão do necessário resgate dos matizes keynesianos e de reformas radicais, rechaçando as políticas que serviram de modelo para grande parte dos governos nas últimas quatro décadas. Para isso, utilizou-se, na condução da pesquisa, quer na fase de investigação, quer na do relatório da pesquisa, o método indutivo. O método procedimental utilizado foi o monográfico e a técnica de pesquisa, a bibliográfica. Constatou-se que, uma vez mais na história, o neoliberalismo foi manifestamente falseado pelos graves efeitos que um vírus provocou na saúde da população e na economia mundial, exigindo um retorno à abordagem keynesiana de um maior protagonismo estatal, mediante políticas públicas, fiscais e monetárias, a fim de mitigar as implicações desastrosas provocadas pelas recessões e assegurar a sobrevivência da economia nacional e do próprio sistema capitalista.

Palavras-chave: estado mínimo; neoliberalismo; pandemia; Estado de bem-estar; Keynesianismo.

La pandemia y el necesario y oportuno retorno a los matices keynesianos

RESUMEN

En tiempos oscuros de pandemia, la inutilidad del arsenal económico liberal para gestionar los nefastos efectos de la crisis sanitaria y económica obligó a gobiernos del mundo todo a volverse protagonistas de un giro keynesiano, incorporando un rol más activo en la economía, como el único camino posible a recorrerse. En este sentido, el presente artículo emerge con el propósito de asentar el camino para el rescate de los matices keynesianos y de reformas extremas, rechazando las políticas que han servido de modelo a gran parte de los gobiernos en las últimas cuatro décadas. Para tal, se empleó en todas las fases de la investigación el método inductivo. Se utilizaron el método procedimental monográfico y la técnica bibliográfica. Se encontró que, una vez más en la historia, el neoliberalismo fue manifiestamente falseado por los severos efectos que un virus ha provocado en la salud de la población y en la economía mundial, lo que ha exigido un retorno al enfoque keynesiano de un protagonismo estatal más notable, mediante políticas públicas, fiscales y monetarias, con el fin de mitigar las implicaciones desastrosas provocadas por las recesiones y garantizar la supervivencia de la economía nacional y el propio sistema capitalista.

Palabras clave: Estado mínimo; neoliberalismo; pandemia; Estado de bienestar; Keynesianismo.

Pandemic and the Necessary and Timely Return to Keynesian Insights

ABSTRACT

In dark pandemic times, the inefficiency of the liberal economic arsenal for dealing with the damaging effects of the current health and economic crisis has forced governments around the world to take a Keynesian turn, incorporating a more active role in the economy as the only possible path to be taken. Along this way, the present article emerges with the objective of paving the way for the understanding of the necessary rescue of Keynesian nuances and radical reforms, rejecting the policies that have served as a model for most governments in the last four decades. In conducting the research, both in the investigation phase and in the research report phase, the inductive method was applied. The monographic procedural method and the bibliographic technique were also used as part of the methodology. It was found that, once again in history, neoliberalism was manifestly demystified by the harmful effects of a virus over population health and world economy, demanding a return to the Keynesian approach of greater state protagonism, through fiscal and monetary policies, in order to mitigate the impacts caused by recessions and to ensure the survival of national economies and the capitalist system itself.

Keywords: minimum state; neoliberalism; pandemic; welfare state; keynesianism.

INTRODUÇÃO

Sob a égide do livre comércio, da autorregulação dos mercados e da abstenção do Estado na economia, o neoliberalismo vinha dominando o pensamento econômico e pautando a grande maioria das atuações estatais desde a década 70. No entanto, as consequências econômicas e sociais provocadas pela atual pandemia da Covid-19 colocam em xeque, uma vez mais na história, a viabilidade das medidas econômicas liberais para conter as crises econômicas e permitir a preservação do próprio sistema capitalista.

Não é nenhuma novidade que, em tempos de forte recessão, as pautas econômicas tendam a modificar-se, abrindo espaço para maiores ou menores interferências estatais na economia, conforme exemplos históricos como a quebra da bolsa de 1929, a desregulamentação do sistema monetário internacional, os dois choques petrolíferos na década de 1970 e o estouro da bolha imobiliária de 2008.

À diferença das demais crises econômicas do último século, a crise causada pela pandemia contempla uma combinação nefasta de recessão econômica, crise sanitária e milhares de mortes, o que expõe fragilidades intransponíveis ao *laissez-faire*.

As necessárias medidas de restrição de circulação e da atividade econômica, em conjunto com a incerteza sobre o futuro e a quebra do estado de confiança, formam a conjuntura hábil a atirar as economias mundiais ao que tende a ser uma das maiores recessões da história.

A recessão econômica mundial é uma certeza. O Barômetro Global Coincidente¹, sistema de indicador que reflete o estado atual da atividade econômica global, caiu 22,3 pontos em maio para 45,6 pontos no índice, comparado a 67,9 pontos no mês anterior. Este é o nível mais baixo desde o início da série em 1991 e 5,5 pontos abaixo da baixa histórica anterior, alcançada em janeiro de 2009. O Barômetro Líder Global, que emite um sinal cíclico aproximadamente seis meses à frente do desenvolvimento econômico real, recuou 39,5 pontos, atingindo também o nível mais baixo das séries. A queda nos dois indicadores está espalhada por todos os continentes e sinaliza uma

¹ Os Barômetros Econômicos Globais são um sistema de indicadores que permite uma análise oportuna do desenvolvimento econômico global. Eles representam uma colaboração entre o Instituto Econômico Suíço KOF e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com sede no Rio de Janeiro, Brasil. O sistema consiste em dois indicadores: um indicador coincidente e um indicador principal. O indicador coincidente é uma figura que reflete o estado atual da atividade econômica (referido como "coincidente" no gráfico). O indicador principal, por outro lado, emite um sinal cíclico aproximadamente seis meses à frente do desenvolvimento econômico real (referido como "líder" no gráfico). Os dois indicadores incluem os resultados de pesquisas de tendências econômicas realizadas em mais de 50 países. O objetivo é alcançar a cobertura global mais ampla possível. A rapidez na disponibilidade de seus resultados e a não revisão substancial deles após a primeira publicação se caracterizam como uma vantagem dessas pesquisas de tendência econômica. As séries temporais subjacentes ao barômetro KOF-FGV são obtidas principalmente do fornecedor de dados Thomson Datastream (KOF Swiss Economic Institute, 2020).

retração da economia mundial no início do segundo trimestre, que já parece ser mais grave do que a crise de 2008-2009.

O impacto da pandemia sobre a economia mundial chama a atenção não só pela sua extensão, mas também por sua ampla disseminação regional e setorial, todos sem precedentes na série histórica dos indicadores antecedente e coincidente do Barômetro. (KOF Swiss Economic Institute, 2020, para 3º).

Consoante a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, mais de 85 países estão buscando financiamento de emergência junto ao FMI. Algo jamais visto desde a criação do fundo, em 1944 (Georgieva e Ghebreyesus, 2020).

Somente nos Estados Unidos, em questão de semanas, o pleno emprego foi "nocauteado" por um recorde histórico de 32% de desemprego no país. Índice muito superior aos quase 25% de desemprego proporcionado pela Grande Depressão de 1929. Conforme alude Torsten Slok, economista-chefe do Deutsche Bank Securities, "todos os ganhos do mercado de trabalho da última década foram perdidos". Para o economista, esses números assemelham-se a catástrofes naturais, ou seja, sem destruição de capital físico, e não a crises econômicas costumeiras. "É, de longe, a recessão mais rápida e mais grave, em seus estágios iniciais, de que temos registro" (Fariza, 2020, para 5º).

A devastação econômica provocada pela pandemia, portanto, caminha a passos largos e vem exigindo medidas governamentais massivas e certas a fim de, não somente restaurar a confiança e a demanda, mas, sobretudo, permitir que empresas e cidadãos permaneçam respirando e sobrevivam, com o mínimo necessário, ao prolongado período em que a atividade econômica necessita manter-se paralisada.

Diante desse panorama, ganhou suporte o necessário protagonismo do Estado na economia, idealizado e defendido pelo economista britânico John Maynard Keynes, mediante políticas públicas, fiscais e monetárias, a fim de mitigar os efeitos nefastos provocados pelas recessões e assegurar a sobrevivência da economia nacional e do próprio sistema capitalista.

Em tempos sombrios de pandemia e desespero nos mercados, a imprestabilidade do arsenal econômico liberal forçou governos no mundo inteiro a protagonizarem uma guinada keynesiana, incorporando um papel mais ativo na economia, como o único caminho possível a ser percorrido.

Nessa senda, o presente artigo exsurge com o propósito de assentar o caminho para a compreensão do necessário e tempestivo resgate dos matizes keynesianos e da necessidade de reformas radicais, rechaçando as políticas que serviram de modelo para grande parte dos governos nas últimas quatro décadas, e que restaram manifestamente falseadas pelos nefastos efeitos que um vírus provocou na saúde da população e na economia mundial.

Para tanto, este ensaio demonstra, primeiramente, as teorias econômicas que moldaram as políticas mundiais ao longo dos acontecimentos históricos e das crises econômicas, em um cíclico pêndulo entre os ideais liberais e keynesianos. Também serão explorados os contextos históricos que propiciaram os rompimentos com a teoria econômica dominante e quais são os matizes keynesianos que vêm prestando suporte aos governos durante a crise econômica gerada pela pandemia. Finalmente, provoca-se a reflexão da necessidade de reformas que rompam com as políticas dominantes que se mostraram imprestáveis para dar suporte as implicações desastrosas de uma crise econômica e sanitária provocados pelo atual surto pandêmico.

Utilizou-se, para tanto, quer na fase de investigação, quer na fase do relatório da pesquisa, o método indutivo. O método procedimental utilizado foi o monográfico e a técnica de pesquisa, a bibliográfica.

1. TEORIAS E POLÍTICAS ECONÔMICAS E O PÊNDULO ENTRE O *LAISSEZ-FAIRE* E O KEYNESIANISMO

Com o intuito de demonstrar as mutações que a teoria econômica sofreu no decorrer do tempo, dos ciclos econômicos e das transformações econômicas e sociais, convém tecer sucintas considerações acerca da historicidade da macroeconomia, a fim de elucidar algumas de suas raízes e metodologia.

Até a década de 1930, a teoria predominante sobre o funcionamento da economia era conhecida como a "Lei dos Mercados de Say". Corolário da ideia de Adam Smith e da metáfora da mão invisível, dita teoria estipulava que a oferta produz sua própria demanda.

Segundo a Lei de Say, a economia opera segundo a lógica de que a oferta cria a sua própria demanda. Ou seja, a produção de mercadorias é o que cria, automaticamente, um mercado para as mercadorias produzidas, o que, por sua vez, aumenta a produção e o nível de empregos, operando em um perfeito ciclo autoajustável. Dessa maneira, com uma temporária queda no consumo, esta se refletiria em uma queda no valor da mercadoria e, por conseguinte, em uma redução salarial dos trabalhadores, até que o ciclo se ajustasse e voltasse a operar normalmente.

Portanto, sob a égide do liberalismo econômico, a macroeconomia clássica, regida pelo livre comércio e pela abstenção do Estado na economia, reinou livremente até a crise de 1929.

Ocorre que a produção de bens norte-americanos, aquecida com a temporária debilidade econômica da Europa pós-Primeira Guerra, teve um excedente produtivo. Tal fato foi de encontro com a recuperação europeia, que passou a produzir seus próprios bens e deixou de importar dos americanos. O resultado da superprodução em relação ao consumo foi a queda vertiginosa nos preços e o desemprego em massa, o que colocou em xeque a viabilidade das medidas econômicas liberais.

Nesse contexto histórico, o economista britânico John Maynard Keynes marcou de maneira indelével o pensamento econômico. Em meio à hegemonia neoclássica, a publicação, em 1936, da *General Theory of Employment, Interest and Money*, principal obra do autor, revolucionou a teoria econômica.

Até então, Keynes era um bom discípulo de Alfred Marshall, pertencente, portanto, aos neoclássicos.² No entanto, o desemprego em massa gerado pela Grande Depressão de 1929 o fez constatar, de maneira definitiva, que a abordagem macroeconômica clássica da Lei de Say olvidava o estudo e a explicação do desemprego, o que o levou a romper com Marshall e a apresentar uma abordagem alternativa.

Até a publicação de sua obra, a visão macroeconômica clássica defendia que mercados livres proporcionariam empregos automaticamente, desde que os trabalhadores fossem flexíveis com relação aos seus salários, para equilibrar o mercado nos momentos em que fossem necessários ajustes em virtude da queda do consumo e dos preços das mercadorias. Para os neoclássicos, o desemprego seria consequência de políticas rígidas do mercado de trabalho, as quais barravam a redução salarial até o nível do equilíbrio.

A teoria de Keynes, bem como sua aplicação, é melhor compreendida quando se resgata o contexto histórico em que o autor centrou seus estudos: em 1924, a Inglaterra pós-Primeira Guerra experimentava um alto índice de desemprego (cerca de 1 milhão de desempregados). A solução liberal para a crise econômica, promovida pelos economistas neoclássicos, foi a redução salarial (a fim de permitir que os empresários pudessem contratar mais trabalhadores), a redução das obras públicas e a extinção do seguro-desemprego. No entanto, ditas medidas não fizeram frente à crise, e o país experimentou uma desvalorização em torno de 26% da moeda nacional e um nível de desemprego de cerca de 25%.

A partir de seus estudos sobre dito colapso econômico, Keynes apresentou uma oposição ao *laissez-faire*. Sob o pálio de que o capitalismo é um sistema instável,³ o economista britânico defendeu a necessidade de uma intervenção moderada do Es-

² “O combate ao desemprego mediante a ampliação de obras públicas só aparece de forma sistemática a partir de 1929 no panfleto “*Can Lloyd George do it?*”, escrito com Hubert Honderson. [...] Segundo seus mais autorizados biógrafos — E. A. G. Robinson, R. Harrod e D. Moggridge —, a partir de 1925 tem início o período de transição que culminará com a Teoria Geral”. (Keynes, 1996, p. 7).

³ Para Keynes, em qualquer decisão de investimento, o capitalista se vê obrigado a antever a evolução futura e, portanto, incerta do mercado para o produto específico a ser gerado pela nova instalação industrial; da mesma forma, a taxa de salário que ele espera pagar para o trabalhador que irá operar as novas instalações e, finalmente, o preço e a disponibilidade da matéria-prima a ser transformada com o auxílio do novo equipamento. Inquietações sobre o comportamento futuro de uma ou do conjunto dessas variáveis terminam por se constituir na fonte primária da instabilidade dos investimentos e, portanto, do nível de emprego. Em condições normais, o empresário estima a taxa de retorno de seu investimento (a eficiência marginal do capital) cotejando o lucro esperado, calculado a partir de sua visão sobre o comportamento das variáveis acima alinhadas, com o custo de aquisição dos equipamentos necessários à implantação de suas decisões de investimento. Se essa taxa de retorno for maior que a

tado na economia, mediante políticas fiscais e monetárias, a fim de mitigar os efeitos nefastos provocados pelos ciclos econômicos (recessões e depressões econômicas) e assegurar o pleno emprego.

Em que pese a imprestabilidade das medidas liberais para conter a crise inglesa, as propostas protecionistas keynesianas não foram aceitas pela ortodoxa liberal saxã.

Na sequência, a Grande Depressão de 1929 demonstrou que esse mundo, conforme retratado pela macroeconomia clássica, era, de fato, irreal. Ao contrário do que apregoava a lei dos mercados (Lei de Say), a produção não criou sua própria demanda, o que gerou um excedente de produção, derrubando os preços das mercadorias e gerando desemprego em massa. Na década de 1930, eram 13 milhões de desempregados nos Estados Unidos da América.

Nesse contexto, Franklin Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos e implementou um plano de reestruturação econômica — o *New Deal* —, colocando em prática uma série de medidas proposta por Keynes. O principal objetivo era criar condições para a redução do desemprego e o fomento ao consumo, por meio da articulação de investimentos estatais e privados. Entre as principais medidas se inserem, consoante Limonicic:

- investimento maciço do Estado em obras públicas, principalmente de infraestrutura;⁴
- destruição do excedente de produção a fim de conter a queda nos preços;
- redução da jornada de trabalho para abrir novos postos de trabalho e criação de salário-mínimo e de um sistema de seguridade social hábeis a garantir o consumo mínimo por parte dos trabalhadores (Limonicic, 2003).

Ambas as medidas tinham por fito garantir o pleno emprego da população economicamente ativa e o estímulo ao consumo.

Nos anos seguintes, Keynes escreveu sua teoria econômica para estimular a economia em épocas de crises, sua obra capital, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936). O seu pensamento escandalizou os economistas ortodoxos. Para os economistas keynesianos, seu principal intento foi ter conseguido resolver a maior crise que o capitalismo já teve, sem ter abraçado o marxismo.

Segundo a sua teoria, ao contrário do que pregava a filosofia liberal, o Estado deveria intervir nas políticas econômicas mediante políticas fiscais.

taxa para a obtenção de fundos ou de aplicação de recursos no mercado financeiro — ou seja, a taxa de juros —, então ele se sente motivado à realização desse investimento.

Dessa forma, a instabilidade do sistema capitalista tanto pode advir de flutuações nas expectativas empresariais quanto ao lucro futuro como do comportamento da taxa de juros (Keynes, 1996).

⁴ "Após a adoção de ditas medidas nos Estados Unidos, as compras de bens e serviços do Governo Federal passam de 2,5% em 1929 para 10% do Produto Nacional Bruto em 1939" (Keynes, 1996, p. 15).

Ele afirmou que, ao contrário da imperante Lei de Say, não era a produção que gerava consumo, e sim o consumo que impulsionava a produção e gerava, conseqüentemente, emprego. Para Keynes, o trabalho é determinado pela produção, e a produção é estimulada pela capacidade de compra de bens e serviços.

Para Keynes, diferentemente dos liberais, não há uma força automática que garanta o perfeito jogo entre produção, consumo e emprego. Por isso, o aumento e estímulo do consumo implicam criação e fomento de empregos.

A Teoria Econômica keynesiana foi, portanto, uma afronta à macroeconomia clássica, que partia das premissas do liberalismo, em que não havia necessidade de intervenção. Isso não quer dizer que Keynes era socialista ou marxista. Pelo contrário, era um capitalista:

[...] não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. (Keynes, 1996, p. 322)

Ocorre que o fato de ser capitalista não o impediu de verificar as mazelas do sistema e sua impossibilidade de proporcionar, de maneira automática, o pleno emprego, o desenvolvimento econômico e a ausência de crises. Para Keynes, "a operação da mão invisível, ao contrário do que ainda é sustentado por economistas de inclinação mais ortodoxa, não produz a harmonia apregoada entre o interesse egoístico dos agentes econômicos e o bem-estar global" (1996, p. 10).

Keynes é considerado como o economista mais influente do século XX e a sua abordagem é tida, amplamente, como a criação da teoria macroeconômica moderna.

Mankiw (1998) salienta que a relevância da abordagem keynesiana reside no estudo das flutuações econômicas.⁵ Com base na constatação e análise da existência de flutuações econômicas, intrínsecas ao modelo capitalista, a política fiscal⁶ se tornou o cerne da política econômica keynesiana (Keynes, 1996). A maneira que o governo deveria manipular os seus gastos e os tributos a fim de regular a atividade econômica e mitigar, dessa maneira, os efeitos e a propensão às crises inerentes à instabilidade

⁵ O autor não olvida, no entanto, que a teoria macroeconômica clássica fornece respostas corretas a questões fundamentais (Mankiw, 1998).

⁶ Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado (Ministério da Economia do Brasil).

do capitalismo. O seu objetivo era fomentar o consumo e garantir o pleno emprego e o equilíbrio da economia (Bresser-Pereira, 1976).⁷

Assim, após a Grande Depressão de 1929, as políticas econômicas keynesianas foram amplamente aplicadas, tanto nos Estados Unidos como na Europa ocidental, o que ficou conhecido como o "*Welfare State*".⁸ Para impedir que novas crises financeiras mundiais pudessem acontecer, instituições criadas na Conferência de Bretton Woods (1944), com a colaboração de Keynes, a exemplo do FMI, vedavam que países que não controlassem sua movimentação internacional de capitais fossem auxiliados em caso de crise, "instaurando a estabilidade cambial e proibindo que o valor das moedas nacionais flutuasse ao sabor da especulação" (Singer, 2009, para 3º).

No entanto, as crises que a década de 1970 trouxe para as principais economias capitalistas, ocasionadas pelo impacto da desvalorização do dólar americano no sistema monetário internacional e por dois choques petrolíferos (em 1973 e em 1979), acabaram por diminuir a influência keynesiana na teoria econômica. A realidade de inflação e desemprego deram força às ostensivas críticas perpetradas pelos monetaristas liberais, como Milton Friedman, e os da Escola Austríaca, como Friedrich Hayek (ambos os economistas neoclássicos), com relação ao potencial do Estado em regular a economia mediante políticas fiscais, acabando com o prestígio da macroeconomia keynesiana.

Assim, na década de 1970, novas teorias econômicas substituíram a teoria keynesiana. Todas propunham ajustes ou críticas aos princípios keynesianos originais (Bresser-Pereira, 2010).⁹ Ao final da década de 1970, a onda neoliberal que propug-

⁷ Para Keynes, a política monetária, tendente a fazer baixar a taxa de juros, seria ineficiente nos momentos mais agudos de crise, devido à armadilha da liquidez (a partir de um certo nível [baixo] da taxa de juros, a procura de moeda seria perfeitamente elástica em relação à taxa de juros. Isso significa que a curva de procura de moeda, a partir desse ponto, tornar-se-ia horizontal, paralela à abscissa em que se mede a quantidade de moeda. Em outras palavras, a partir desse ponto, dessa taxa de juros, os especuladores estariam desejosos de obter a maior quantidade possível de moeda. Nesses termos, a taxa de juros não baixaria mais. De nada adiantaria que as autoridades monetárias aumentassem a oferta de moeda). Para contrabalançar a insuficiência do investimento privado, Keynes propunha a realização de grandes investimentos públicos. Além destes, o governo deveria estimular os investimentos privados com a redução de impostos. Esta, por sua vez, poderia também estimular o consumo, dependendo do tipo de imposto que fosse rebaixado. No entanto, o objetivo precípuo da redução dos impostos seria deixar mais recursos à disposição para investimentos privados (Bresser-Pereira, 1976).

⁸ O estado de bem-estar garantia uma distribuição menos desigual de renda e criava infraestruturas necessárias a uma vida digna para a maioria da população, com investimento em saúde, educação e transporte.

⁹ "Embora as consequências da crise tenham sido inferiores às da Grande Depressão, essa crise levou o sistema de Bretton Woods ao colapso e desencadeou a financeirização e a contrarrevolução neoliberal ou neoconservadora. Nos Estados Unidos, após a vitória de Ronald Reagan nas eleições presidenciais de 1980, subiu ao poder uma coalizão política que defendia o neoliberalismo e a prática da financeirização [...] Não apenas economistas neoclássicos como Milton Friedman e Robert Lucas, mas os da Escola Austríaca (Friedrich Hayek) e da Escola da Escolha Pública (James Buchanan) conquistaram influência e, com a colaboração de jornalistas e outros intelectuais públicos conservadores, construíram a ideologia

nava a redução do aparelho estatal e a desregulamentação de todos os mercados, principalmente os financeiros, "começou a desmontar os controles multilaterais e nacionais da especulação, liberando-a no plano mundial". Dessa maneira, as crises financeiras voltaram, sob o consenso de que seriam inerentes ao sistema, mas também passageiras, se os governos se dedicassem ao equilíbrio fiscal (Singer, 2009, para 4º).

Ressurgiu, então, a teoria dos mercados de Say, que, em sua versão mais atual foi denominada "Teoria do Ciclo Econômico Real". Esta alude que "a economia se ajusta de forma rápida e eficiente, a menos que o governo intervenha, por exemplo, mediante a proibição da redução de preços ou salários" (Posner, 2012, p. 200).

Esse período se estendeu até 2008, quando a maior crise econômica, desde a Grande Depressão de 1929, fez renascer a abordagem de Keynes da necessária intervenção moderada do Estado na economia, mediante políticas econômicas e regulatórias.

Ocorre que nem a Lei de Say nem a Teoria do Ciclo Real explicam a crise econômica de 2008 (assim como não previram nem ofereceram suporte para a Crise de 1929). A formação e estouro da bolha imobiliária, com o subsequente colapso do setor bancário, não foram causados pela intromissão do governo na economia. A crise se deu em virtude da desregulação de um setor bancário altamente propenso ao risco, aliado a uma política monetária inadequada (Posner, 2012).

Paul Singer relata que o estouro das bolhas imobiliárias desembocou em uma crise financeira mundial, a qual abalou algumas das mais importantes companhias financeiras do mundo e destruiu trilhões de dólares de capitais fictícios acumulados nas Bolsas de Valores. As grandes potências capitalistas foram compelidas a reconhecer que a proporção tomada pela crise não mais poderia ser contida apenas pela redução das taxas oficiais de juros e apelaram para o arsenal keynesiano de políticas de fomento do consumo, do investimento e do emprego (2009).

A crise econômica de 2008 falseou manifestamente as premissas neoclássicas, provocando um retorno dos economistas à teoria keynesiana — cujas bases rechaçam explicitamente a Lei de Say nos seguintes pontos: o consumo, o entesouramento e a incerteza (Posner, 2012).

O consumo

A teoria de Keynes desmitificou a máxima de Say de que "a oferta cria sua própria demanda". Para ele, nem sempre a produção de mercadorias geraria demanda suficiente. O que se confirmou com a superprodução e a subsequente Crise de 1929. Logo, nas fases de recessão, o mercado não seria capaz de gerar demanda suficiente para garantir o pleno emprego. Isso porque, diante do medo e da incerteza,

neoliberal com base nas antigas ideias do *laissez-faire* [...] O neoliberalismo procurava reduzir o porte do aparelho do Estado e desregular todos os mercados, principalmente, os financeiros" (Bresser-Pereira, 2010, para 5º).

tende a ocorrer o entesouramento do dinheiro nas poupanças. Nessas situações, o Estado deveria investir na economia, com o desenvolvimento de atividades, nomeadamente de infraestrutura, a fim de restituir o pleno emprego e o aumento da demanda — como aconteceu no *New Deal*.

Portanto, para Keynes, o foco sai da produção para o consumo. Não é a oferta que cria sua própria demanda, e sim o consumo que gera a oferta e o pleno emprego. "O consumo é o único objetivo e propósito da atividade econômica, porque toda atividade produtiva é projetada para satisfazer a demanda do consumidor, presente ou futura" (Posner, 2012, p. 206).

Logo, o emprego é diretamente proporcional à soma do consumo mais o investimento. Se tivermos aumento do consumo e do investimento, necessariamente teremos aumento do emprego. O inverso também é válido.

O entesouramento

Outra afirmação que pode ser retirada da Teoria Geral de Keynes é a importância do entesouramento, bem como o efeito nocivo que ele pode gerar. Consoante a Lei de Say, as pessoas entesouram (guardam dinheiro) a fim de possibilitar a realização de uma despesa futura específica (investimento). Não se cogitava que o entesouramento, em oposição ao consumo, poderia advir de uma preocupação diante da incerteza.

Para Keynes, o entesouramento pode trazer indesejáveis efeitos, pois, se os indivíduos estão entesourando, logicamente, não estão consumindo. E, se os indivíduos não estão consumindo, a economia não está girando. Isso porque, havendo diminuição no consumo, a produção para e ocorre uma diminuição nos investimentos, o que leva ao desemprego.

A diferença entre o dinheiro acumulado, inerte, e o dinheiro que se gasta em consumo, é que este último se transforma em renda para o vendedor do bem ou serviço, que leva ao gasto, que leva à renda e mais consumo; fomentando a atividade econômica em uma reação em cadeia que Keynes denomina "efeito multiplicador". (Posner, 2012, p. 206)

A incerteza

Complementando a premissa anterior, Keynes acreditava que o entesouramento pode ser um meio de se proteger contra a incerteza. Assim, a incerteza quanto ao futuro dos eventos econômicos e do resultado de investimentos futuros leva os agentes econômicos a optarem pela liquidez de seus ativos — pelo entesouramento.

A grande contribuição keynesiana ultrapassa o princípio da demanda efetiva e reside nas variáveis que a determinam, como a noção de incerteza (Posner, 2012).

A imprevisibilidade com relação ao futuro faz com que a confiança enfraqueça, tolhendo o impulso de investir e consumir. Ao lhes tolher o impulso de agir, tanto empresários quanto consumidores tendem a entesourar, como uma garantia ante a incerteza.

Quanto maior o entesouramento, ou seja, os depósitos em poupança, menor o consumo. Esse comportamento contribui para a formação de uma espiral descendente, movida por uma demanda e investimento em constante queda, causando demissões, que, por sua vez, reduzem a renda e a demanda, gerando mais desemprego.

Esses matizes keynesianos podem ser vislumbrados manifestamente na atual crise econômica provocada pela pandemia.

2. A PANDEMIA DA COVID-19 E A GUINADA KEYNESIANA MUNDIAL

A crise econômica provocada pela pandemia tende a ser a maior da história recente, promovendo um tempestivo e imprescindível retorno do pêndulo aos matizes keynesianos.

Keynes aduzia que, em períodos de crise e incerteza, políticas monetárias tendentes a baixar a taxa de juros seriam ineficientes em momentos mais agudos da crise, devido à armadilha da liquidez. Para o economista, "a taxa de juros seria uma medida que denota a relutância dos agentes econômicos que possuem ativos em se privarem da liquidez. Como um prêmio pago pela assunção do risco" (1996, p. 164).

É o que estamos vivenciando. Em que pese o Comitê de Política Monetária tenha reduzido drasticamente a taxa Selic e o Banco Central tenha diminuído a alíquota dos compulsórios exigidos das instituições financeiras, o resultado pretendido não foi atingido. As taxas de juros não caíram. Ao contrário, o agravamento do risco fez com que as taxas de juros subissem. Isso porque os bancos preferem manter a maior quantidade possível de moeda, cobrando mais caro para desfazer-se da liquidez.

Ainda, corroborando a premissa keynesiana de propensão ao entesouramento como uma garantia ante a incerteza, foi sintomático, nesse sentido, que já no início da pandemia no Brasil as famílias brasileiras fizeram mais depósitos do que saques na caderneta de poupança. Dados do Banco Central (BC) mostram que, em maio, os depósitos líquidos somaram R\$ 37,2 bilhões. Este é o maior volume de depósitos líquidos em um único mês em toda a série histórica do BC, iniciada em janeiro de 1995 (Infomoney, 2020).

Nessa mesma senda, como reação à incerteza e ao risco exacerbado trazido pela pandemia e pelo provável colapso sanitário e econômico, assistimos a uma queda drástica nos investimentos, na demanda e aumento do desemprego. Até o início de março, os investimentos já haviam apresentado um recuo de 8,9%, representando apenas o início dos efeitos da pandemia. Somente na cidade de São Paulo, as vendas

do comércio desabaram 65,5% na primeira quinzena de abril (G1, 2020). Nesse mesmo período, a venda de automóveis também contraiu 76%, chegando ao pior patamar desde fevereiro de 1999 (Silva, 2020). As *commodities* já sofreram, no início de março, o pior choque da demanda desde 2008 (Cheong, 2020). Ao final de abril, o desemprego no país subiu para 12,2%, atingindo 12,9 milhões de pessoas (Economia-UOL, 2020). A economia norte-americana perdeu 20,5 milhões de empregos apenas em abril, o maior nível já experimentado desde a Grande Depressão (Economia-UOL, 2020).

Isso não ocorre somente devido às medidas de restrições às atividades econômicas, mas, sobretudo, porque a pandemia quebrou o "estado de confiança", conforme aludido Keynes. O índice de confiança do consumidor brasileiro, segundo o índice da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi de 80,2 pontos, em 24 de março de 2020. O que significa uma queda de 7,6 pontos e representa o patamar mais baixo desde janeiro de 2017. Importante levar em conta que dois-terços da coleta de dados ter ocorrido antes das medidas de restrição, já sendo possível notar um impacto expressivo nas expectativas. Já o Índice de Confiança Empresarial caiu 6,5 pontos em março, para 89,5 pontos, maior queda desde a recessão de 2008 (FGV, 2020).¹⁰ Ainda, a Bolsa de Valores brasileira já acumula perdas acima de 35% no ano (Economia-UOL, 2020).

Isso significa que as expectativas de empresários, investidores e consumidores já estão comprometidas, ainda que estejamos apenas no início da pandemia no Brasil. Como corolário desse impacto na confiança, temos uma quebra no ciclo produtivo. O consumo das famílias tende a ficar restrito a gastos essenciais. O *animal spirit*, o impulso empreendedor que faz girar a economia e sem o qual uma economia capitalista não consegue funcionar, foi drasticamente abalado. Consequentemente, o consumo e os investimentos arrefecerão cada vez mais, inevitavelmente, e de maneira significativa — empurrando ainda mais o desemprego.

Certamente, não é o simples encerramento da quarentena e o consequente retorno às atividades que terão o condão de restaurar o estado de confiança e retomar o consumo e os investimentos. Isso porque continuamos inseridos em um cenário de total incerteza, provocado por uma pandemia para a qual ainda não existe vacina nem medicamento antiviral específico. Sobretudo, não há leitos nem respiradores suficientes para atender a alta exponencial da demanda.

Ao contrário, a insistência em manter a já inexistente normalidade, com a redução do isolamento social, tende, conforme já experienciado pelos italianos, espanhóis e americanos, ao aumento exponencial do contágio e ao consequente colapso do sistema de saúde.

¹⁰ O Índice de Confiança Empresarial consolida os índices de confiança dos quatro setores cobertos pelas sondagens empresariais produzidas pela FGV-IBRE: indústria, serviços, comércio e construção.

O colapso do sistema de saúde e a progressão de óbitos aumentarão o caos e o medo, proferindo um golpe fatal na confiança, gerando um impacto ainda mais contundente na já combatida economia brasileira.

Não é crível supor que em um cenário de guerra, com hospitais, necrotérios e funerárias superlotados, caminhões que circulam com corpos, valas comuns e a dor dos lutos sem despedidas; as pessoas seguirão comprando roupas, casas e carros novos, e aquecendo a economia. Logo, o choque de demanda tende a aumentar, levando a mais desemprego, numa espiral descendente movido por uma demanda e investimento em constante queda, o que causa mais demissões, as quais reduzem a renda e, conseqüentemente, o consumo, derrubando ainda mais a demanda e acarretando mais desemprego.

A trágica experiência norte-americana demonstra que, no mesmo dia em que os Estados Unidos haviam enterrado 60.000 mortos pela Covid-19, o PIB americano retraía 4,8% no 1º trimestre de 2020. Os gastos com consumo, responsáveis por quase 70% do PIB americano, tiveram queda de 7,6% entre janeiro e março de 2020 (Costa, 2020).

No Brasil, além da redução das exportações em virtude da recessão econômica mundial, o avanço indiscriminado do contágio certamente será objeto de um cordão sanitário por parte dos demais países, enfraquecendo ainda mais as exportações brasileiras. É o que já vem acontecendo. Ao final de junho, o alto índice de contaminação no Brasil fez com que as autoridades sanitárias da China suspendessem a autorização de exportação de carne de três unidades no Brasil (Globo Rural, 2020). Valendo lembrar que, em 2019, os chineses responderam por 26,7% das compras (494 mil toneladas) de carne brasileira (Figueiredo e Mano, 2020).

Logo, não há a propalada dicotomia entre a saúde e a economia. A proposição utilitarista de pôr termo à quarentena, assumindo o sacrifício de algumas vidas em prol da economia e da preservação dos empregos, não perpassa uma análise moral e, sequer, econômica. É perversa e irracional. Seremos remetidos a uma recessão ainda mais severa e teremos uma retomada econômica nefasta, calcada nas cinzas das vítimas, na dor e na irresponsabilidade e na ignorância.

É preciso uma atuação governamental a fim de restaurar, gradativamente, o estado de confiança. O crescimento econômico, como Keynes supôs, tem uma correlação positiva com a baixa aversão à incerteza. Compete ao governo dissipar os medos, irracionais ou não, dos consumidores e dos empresários. O que jamais deve ser feito mascarando a real situação e negando a gravidade da pandemia. Mas, sobretudo, projetando confiança, liderança, autoridade e determinação na resolução dos problemas econômicos e sociais, com a utilização do arsenal keynesiano a fim de prestar suporte econômico e o mínimo social durante a sombria realidade.

O surto pandêmico provocado pelo novo coronavírus veio para demonstrar, entre várias outras lições e uma vez mais na história, que o arsenal liberal não tem o condão de prestar suporte à devastadora crise econômica que se inicia. Sobretudo, cria condições para um maior agravamento da crise econômica e social ao negligenciar sistemas públicos de saúde, ciência, saneamento básico e políticas de crédito e renda mínima que permitam consumo e empregos. Economias e economistas passam a falar a mesma língua, remetendo à necessária atuação do Estado como protagonista na adoção de medidas sanitárias e políticas econômicas e sociais, na tentativa de evitar o colapso total da atividade econômica.

A palavra de ordem mundial tem sido no sentido de relegar os compromissos com a disciplina fiscal e atuação massiva do Estado com programas de transferência de renda, políticas econômicas, concessão de crédito subsidiado via bancos públicos, assim como futuros investimentos públicos para compensar a fuga do investimento privado e fomentar o emprego e o consumo. Medidas jamais cogitadas para o *mainstream* do livre mercado.

Evidenciou-se de maneira decisiva que, durante uma crise, o setor privado sai de cena e, além de não investir, necessita da atuação estatal para se manter. A atuação do Estado é fundamental para projetar confiança. Essencial para fomentar a demanda e reanimar a economia em tempos de crise e incerteza.

O *laissez-faire* vem se mostrando, continuamente, como uma experiência fracassada que coloca em risco a sobrevivência do próprio capitalismo. Uma livre economia de mercado não se autorregula, e a combinação de salários baixos e imensa desigualdade social não se traduz em crescimento econômico. Pelo contrário, é sinônimo de queda na demanda, desemprego e arrefecimento econômico. Afinal, ao se reduzir a capacidade de compra da população, as empresas são compelidas a reduzir o ritmo de produção e dispensar mão de obra. Além de desemprego, a estagnação do consumo e da produção reduz a receita tributária, o que gera mais *deficit*.

A abstenção estatal em investimentos sociais, como a saúde, demonstrou a fragilidade dos sistemas de saúde públicos nos países e o quanto essa debilidade pode arrastar economias inteiras para a depressão. A recusa em investir em saneamento básico permite a maior contaminação e fragilização de grande parte da população. Logo, a pandemia veio demonstrar que a vulnerabilidade de uns gera, inevitavelmente, a tragédia de todos.

A ausência de incentivo e investimento público em pesquisa científica deixa o país à mercê de um vírus, obstando de maneira nefasta o desenvolvimento de uma vacina, de um medicamento antiviral específico, de testes para a detecção do vírus, expondo a saúde pública da população e arrastando consigo a economia do país.

O retorno ao keynesianismo apresenta-se, assim, como o único caminho a percorrer. Os Estados terão que investir em programas de transferência de renda e concessão de empréstimos bancários subsidiados com baixas taxas de juros para empresas, mormente micro e pequenas empresas que são a imensa maioria no país. É preciso políticas sociais e fiscais a fim de aumentar a demanda, manter os empregos e dirimir os efeitos perversos do choque de oferta e demanda causado pela pandemia. Incentivos ao investimento privado e, enquanto ausente o investimento privado, programas de infraestrutura mediante investimento público terão que ser cogitados a fim de estimular o emprego, gerar renda e permitir o consumo e a recuperação econômica do país. A saúde pública, o saneamento básico e a redução da pobreza terão que ser analisados sob o prisma de investimento público e não apenas como assistencialismo e custo. O fomento à pesquisa científica nacional terá que ser prestigiado a fim de permitir maior inovação e tecnologia produtiva, proteção à saúde pública e maior autossuficiência nacional. Não se pode falar em desenvolvimento econômico e social sem apoio e fomento à pesquisa científica nacional.

“A economia está, talvez mais do que nunca antes na história, nas mãos da ciência”. A recuperação da confiança e a segurança na retomada econômica somente será possível quando a ciência desenvolver uma vacina ou tratamento claro e aplicável em grande escala (Fariza, 2020, para 8º). Conforme expôs o ex-economista-chefe do Banco Mundial, Paul Romer, a única maneira de recuperar a economia é controlando o vírus e as mortes. Afinal, para recuperar a economia, é preciso garantir que as pessoas se sintam seguras e confiantes (García, 2020) — restaurar o estado de confiança.

Não se trata de profanar permanentemente os necessários ajustes fiscais, mas de não os sacralizar em detrimento da vida, e da saúde pública e econômica do país. Consoante o painel de especialistas do banco suíço UBS, a recuperação da economia mundial está intimamente condicionada a políticas fiscais, monetárias e de saúde alinhadas e eficazes (Fariza, 2020).

O Estado mínimo está nu! O vírus despiu as premissas ortodoxas do livre mercado. Governos mundo afora rendem-se ao keynesianismo e ao imprescindível papel mais ativo do Estado na economia a fim de mitigar as severas sequelas da crise econômica e sanitária provocada pela pandemia e propiciar melhores condições de retomada do crescimento econômico.

Espera-se que as grandes lições e as mortes não recaiam no rincão do esquecimento.

CONCLUSÕES

As consequências econômicas e sociais provocadas pela atual pandemia da Covid-19 não encontram precedentes na história recente mundial.

As imprescindíveis medidas de restrição de circulação e da atividade econômica em conjunto com a incerteza sobre o futuro e a quebra do estado de confiança formam a conjuntura hábil a atirar as economias mundiais ao que tende a ser uma das maiores recessões da história.

O panorama caótico mundial em tempos de pandemia e a impossibilidade do arsenal metodológico liberal para conter os efeitos da crise econômica fez emergir uma guinada keynesiana mundial.

À diferença das demais crises econômicas do último século, a crise causada pela pandemia da Covid-19 expõe fragilidades intransponíveis inerentes ao *laissez-faire*. O Estado terá que tomar as rédeas da economia e preocupar-se efetivamente com a retomada do crescimento econômico, o que inclui, inexoravelmente, políticas públicas para cuidar dos mais vulneráveis e da saúde pública de toda a população. Além de investimentos públicos em pesquisa científica. A economia depende, como nunca antes na história, da ciência, da saúde pública e da atuação forte do Estado.

Uma vez que a iniciativa privada não somente sai de cena, em tempos de crise, como necessita de auxílio estatal para sobreviver, a confiança na recuperação econômica está na atuação incisiva estatal, investindo recursos públicos em políticas de saúde, sociais, econômicas e fiscais, em uma abordagem conjunta, aos moldes dos matizes keynesianos.

Não se sabe se o trauma das mortes e do colapso econômico trarão, em longo prazo, o imprescindível retorno do pêndulo aos matizes keynesianos e a um Estado de bem-estar social, mas será ululante se a pandemia da Covid-19 não significar a últimação do processo de rompimento com a ordem econômica neoliberal.

REFERÊNCIAS

- Bresser-Pereira, L. (2010). A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos estudos CEBRAP*, (86), 51-72. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100003>
- Bresser-Pereira, L. (1976). *Da macroeconomia clássica à keynesiana*. <http://www.bresserpereira.org.br/pape rs/1968/6898DaMacroclassicaAKeynesiana.apostila.pdf>
- Cheong, S. (2020, 2 março). *Commodities têm pior choque da demanda desde 2008*. UOL. <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/03/02/commodities-tem-pior-choque-da-demanda-desde-2008-diz-goldman.htm?cmpid=copiaecolahttps://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/03/02/commodities-tem-pior-choque-da-demanda-desde-2008-diz-goldman.htm>
- Costa, R. (2020, 29 abril). *PIB dos EUA tem contração de 4,8% no 1º trimestre com impacto de coronavírus*. Valor Econômico. <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/29/pib-dos-eua-tem-contracao-de-48percent-no-1o-trimestre.ghtml>
- D'Ávila, M. ZInfoMoney. (2020, 4 junho). *Poupança tem captação líquida de R\$ 37,2 bilhões em maio e bate novo recorde*. InfoMoney. <https://www.infomoney.com.br/economia/poupanca-tem-captacao-liquida-de-r-372-bilhoes-em-maio-e-bate-novo-recorde/>

- Fariza, I. (2020). *Anatomia de uma (difícil) recuperação econômica*. El País – Economía. <https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-19/anatomia-de-uma-dificil-recuperacao-economica.html?rel=mas>
- Figueiredo, N. e Mano, A. (2020). *Exportador de carne bovina do Brasil vê recorde em 2020 apesar de coronavírus*. Notícias Agrícolas. <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/boi/258697-exportador-de-carne-bovina-do-brasil-ve-recorde-em-2020-apesar-de-coronavirus.html#.XvtU-kVKhPY>
- García, M. (2020, 11 maio). *Paul Romer, Nobel de Economia: "A única forma de recuperar a economia é controlando o vírus"*. El País. <https://brasil.elpais.com/economia/2020-05-11/paul-romer-nobel-de-economia-a-unica-forma-de-recuperar-a-economia-e-controlando-o-virus.html>
- Georgieva, K. e Ghebreyesus, T. (2020). *Alguns dizem que é preciso escolher: salvar vidas ou salvar empregos — este é um falso dilema*. International Monetary Fund. <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/04/03/vs-some-say-there-is-a-trade-off-save-lives-or-save-jobs-this-is-a-false-dilemma>.
- Keynes, J. (1996). *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Os Economistas. Editora Nova Cultural.
- Kof Swiss Economic Institute. (2020). *Global Economic Barometers: The Crisis Deepens*. Eth Zurich. <https://kof.ethz.ch/en/news-and-events/media/press-releases/2020/05/global-economic-barometers-the-crisis-deepens.html>.
- Limoncic, F. (2003). *Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930* [tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ]. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182038/mod_resource/content/1/Rio%20thesis%20on%20New%20Deal.pdf
- Mankiw, G. (1998). *Macroeconomia*. LTC Editora.
- Posner, R. (2012). *La crisis de la democracia capitalista*. Marcial Pons.
- Silva, C. (2020, 5 maio). *Venda de carros cai 76% em abril e tem pior mês desde fevereiro de 1999*. UOL. <https://www.uol.com.br/carros/noticias/estado-conteudo/2020/05/05/venda-de-carros-cai-76-em-abril-e-tem-pior-mes-desde-fevereiro-de-1999.htm>
- Singer, P. (2009). *A crise de 2008: a ressurreição do keynesianismo*. Crises e o Oportunidades. <https://criseoportunidade.wordpress.com/2009/05/09/a-crise-de-2008-a-ressurreicao-do-keynesianismo-paul-singer/>
- UOL. (2020, 30 abril). *Desemprego no país sobe para 12,2% e atinge 12,9 milhões de pessoas*. UOL. <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/04/30/desemprego-pnad-continua-ibge.htm?cmpid=copiaecolahttps://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/04/30/desemprego-pnad-continua-ibge.htm>
- Vilarino, C. (2020, 29 junho). *China suspende importações de carne de três frigoríficos brasileiros devido à Covid-19*. Globo Rural. <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/noticia/2020/06/china-suspende-importacoes-de-carne-de-tres-frigorificos-brasileiros-devido-covid-19.html>
- Yahoo Finanças. (2020, 8 maio). *Taxa de desemprego dos Estados Unidos tem pior resultado desde a Grande Depressão*. Yahoo Finanças. <https://br.financas.yahoo.com/noticias/taxa-desemprego-dos-estados-unidos-135300819.html>